



A Coerência Textual na produção dissertativo-argumentativa de pré-vestibulandos¹

Elias José MENGARDA²

Fernanda PUHL³

Francieli Aparecida TRAESEL⁴

Universidade Federal de Santa Maria/Cesnors, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar a produção textual argumentativa de alunos do terceiro ano do Ensino Médio que participaram do projeto ESCREVER I, na Escola Estadual Técnica José Cañellas de Frederico Westphalen, no noroeste gaúcho. Para isto, foram escolhidas nove redações produzidas por três estudantes do terceiro ano do Ensino Médio sobre três temas diferentes. Nesse corpus procurou-se identificar se os estudantes apresentam coerência textual, tal como conceitua Koch e Elias (2006) em produções dissertativo-argumentativas.

PALAVRAS-CHAVE: coerência textual; redação; pré-vestibulandos.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de redação nos níveis fundamental e médio, bem como o estudo das técnicas de cada categoria textual (descrição, narração e dissertação), via de regra, enfatiza o uso normativo da língua culta, a hierarquização das ideias em parágrafos de introdução/desenvolvimento/conclusão e as características gerais de cada texto (descrever/contar/argumentar). Consideramos de extrema importância todos estes

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Doutor do Curso de Jornalismo da UFSM-CESNORS, orientador do trabalho, e-mail: eliasmengarda@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da UFSM-CESNORS, e-mail: fernanda_puhl@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFSM-CESNORS, e-mail: francelittraesel@gmail.com



fatores, no entanto, tem sido esquecido de se enfatizar que o que se escreve apresenta força intencional específica que visa influenciar o pensamento do interlocutor. Essas análises motivaram a elaboração de um trabalho específico nas escolas de ensino médio, o projeto ESCREVER I, posto em prática no segundo semestre letivo de 2010.

Para que fossem desenvolvidas capacidades de escrita e análise crítica do mundo social pelos pré-vestibulandos, tínhamos como enfoque os seguintes objetivos: promover o debate entre alunos a fim de desenvolver estratégias de produção textual que contemplassem a capacidade de argumentação na perspectiva interpretativa, produtiva e expositiva da comunicação a partir das várias categorias textuais, por meio de encontros periódicos semanais dos estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Técnica José Cañellas, com a finalidade de analisar e discutir a função da escrita e desmitificar o desafio do ingresso no ensino superior. Ainda, conscientizar o aluno de que a habilidade de escrita constitui uma função social relevante e de protagonismo do jovem na sociedade. Também demonstrar a importância da leitura e da intertextualidade na interpretação e elaboração do texto, sob uma análise de textos que apresentassem generalizações e comprometessem a argumentação. E, principalmente, fazer com que os estudantes produzissem textos para que aprofundassem os requisitos básicos de textualidade (coesão, coerência, situacionalidade, intertextualidade, informatividade).

Percebemos que o uso das técnicas, às vezes, são insuficientes e limitam o discurso do vestibulando. A estruturação normativa da língua e os conceitos de cada tipo de texto, bem como seus “componentes” não abarcam, por si só, todas as potencialidades interpretativas, contextuais, ideológicas, intencionais e portadoras de ação que a língua representa. O aprendizado do texto, dessa forma, tem sua responsabilidade subestimada já que fica comprometida a representação de mundo que o autor tem quando interpreta os signos que o rodeiam. A norma deixa de ser explorada com intensidade, neste contexto, como instrumento de níveis de eficácia no discurso.

É nesse sentido que o projeto ESCREVER I pretendeu atuar e difundir junto aos jovens que é possível adentrar a universidade a partir de uma preparação, como a que estivemos propondo. Entendemos que as camadas menos favorecidas da sociedade, cujos recursos financeiros não são suficientes para investir em um curso pré-vestibular podem, assim, ter acesso a um curso de redação que além de dar subsídios para que o vestibulando faça uma boa dissertação, também possa descobrir por meio da expressão escrita que é possível potencializar o pensamento crítico enquanto cidadão que quer participar das decisões sociais.



Com a extensão I do projeto concluída podemos observar algumas deficiências que os jovens tiveram ao longo do período. Para isso trazemos, neste artigo, o diagnóstico de nove redações versando acerca da coerência textual e suas tipologias. Com intuito de argumentar desmitificando os “erros” nos textos dos pré-vestibulandos, recorreremos aos autores Farraco e Tezza (2007), que abordam às práticas de texto, Locks, Oliveira e Oliveira (1997), que desmitificam a redação, Polônio (1997), que trata da coerência e da coesão textual e Koch e Elias (2006), que entende o texto como interação. Pormenorizando a coerência textual, identificamos as recorrências nos textos dos pré-vestibulandos, conforme é explícito abaixo.

2 A COERÊNCIA TEXTUAL

Quando se produz um texto com vistas a um determinado objetivo, se faz de modo que o que conteúdo nele expresso faça algum sentido. Fazer sentido, em outras palavras, é ser coerente e este é um critério essencial para que a compreensão seja estabelecida onde quer que os falantes interajam. Assim, o sentido do enunciado, conforme afirma Koch e Elias (2006, p. 189) “exige do leitor, em muitos casos, o recurso ao contexto para a construção da coerência do texto”. Ou seja, ao interlocutor, no processo comunicacional, cabe recorrer, por exemplo, aos conhecimentos que tem acerca do locutor, do conjunto de signos lingüísticos e seus significados e eventos comunicacionais e conceitos anteriores de que compartilham para construir o sentido do texto.

Dessa forma, a coerência textual, conforme explica a autora, não está contida no texto como ocorre com a coesão. A coerência textual não é o que “tece” o texto (função atribuída à coesão), mas sim o que “constrói-se a partir dele, em cada situação comunicativa, com base em uma série de fatores de ordem semântica, cognitiva, pragmática e interacional” (KOCH e ELIAS, 2006, p. 186). Isso quer dizer que a coerência textual é produto da interação que o leitor/interlocutor estabelece com o texto e por isso, Charolles (1983 apud KOCH e ELIAS, 2006) diz que a coerência é um princípio de interpretabilidade do discurso.



Ainda Polônio (1997) traz uma abordagem diversificada, apontando quatro princípios de coerência textual: o Princípio da Recorrência, Princípio da Progressão, Princípio da Não-contradição e o Princípio da Relação.

No Princípio da Recorrência é necessário que o locutor use elementos como pronominalizações (pronomes que substituam uma palavra e até mesmo uma frase), expressões definidas (outras palavras ou expressões que traduzam as primeiras), substituições lexicais (uso de palavras semanticamente relacionadas a outras que não se quer repetir) e retoma de inferências (palavras que façam referência ao sentido do primeiro enunciado, não expresso explicitamente, mas sim inferido sobre a frase) para que o texto fique coerente.

Com o Princípio de Progressão a coerência textual é adquirida com a inserção de informações novas ao longo do texto. Se não fosse considerada a necessidade de o texto progredir em informações o texto estaria submetido apenas ao Princípio da Recorrência e isso faria com que o texto ficasse maçante, “sem uma ordenação de causa-consequência entre os estados de coisas descritos” (POLÓNIO, 1997, p. 06).

Pelo Princípio da Não-contradição não se pode, em um texto coerente, introduzir uma expressão que contradiga algo dito anteriormente – mesmo que implicitamente.

Por fim, o autor explica a necessidade do Princípio da Relação para um texto coerente, no qual a sequência discursiva tem de apresentar “acções, estados, ou eventos que sejam congruentes com o tipo de mundo representado nesse texto” (POLÓNIO, 1997, p. 07).

2.1 Princípio de interpretabilidade

Este princípio defendido por Charolles (1983) estabelece que “sempre que for possível aos interlocutores construir um sentido para o texto, este será, para eles, nessa situação de interação, um texto coerente” (KOCH e ELIAS, 2006, p.189). Mais uma vez, o interlocutor é quem tem a responsabilidade de fazer um cálculo de sentido reunindo para isto, os elementos contextuais. Quando estes estiverem em desarmonia com o enunciado tem-se um texto incoerente. No entanto, existem textos que provocam, por meio de contradições, ironias, metáforas, uma falsa ideia de incoerência, quando, na



verdade, constroem a coerência em união com o contexto e não só coerência como efeitos de sentido muito interessantes.

Ao ter em mente, por exemplo, dizer que a violência está em todo lugar, um enunciador pode usar de contradições que à primeira vista pareçam incoerentes, como no texto “Como evitar um assalto” de Carlos Heitor Cony (apud KOCH e ELIAS, 2006, p. 189, grifos da autora): “1) Não sair de casa; 2) não ficar em casa; 3) se sair sozinho, não sair sozinho nem acompanhado; [...]”. O texto, se tomado sem o seu título, parece incoerente já que expressa contradições. No entanto, quando se parte do primeiro enunciado, que é o título, o leitor faz conexões entre evitar um assalto e as opções que são dadas, concluindo, por fim, que o perigo de ser assaltado está em todo lugar. Logo, o texto é coerente e toda essa percepção só foi possível graças à interpretação do interlocutor.

2.2 Tipos de Coerência

Para que um enunciado seja compreendido, como já foi dito, é necessário, que o interlocutor faça conexões com diversos tipos de conhecimento. Além disso, é imprescindível que o enunciador estabeleça meios de facilitar esse trabalho de compreensão do interpretante. Esses meios são os artifícios que constroem a coerência textual. Koch e Elias (2006) apontam os tipos de coerência: coerência sintática, coerência semântica, coerência temática, coerência pragmática, coerência estilística e a coerência genérica.

A coerência sintática é aquela que prima pelo uso correto das estruturas lingüísticas, ou seja, da combinação das escolhas lexicais com os recursos de coesão (como pronomes, conectores, etc.). Na frase “os brasileiros estão mais gordos e mais magros”, por exemplo, não há coerência porque se sabe que gordo e magro são características contrárias.

A coerência sintática, assim, interfere na coerência semântica cuja preocupação se dá na relação de sentido entre as expressões num determinado texto. O que é levado em conta na coerência semântica, portanto, é o “princípio da não-contradição” (KOCH e ELIAS, 2006, p. 196).



Outro tipo de coerência que deve ser considerado é a coerência temática. Quando se está falando sobre um determinado tema, num texto ou numa conversa, espera-se que o interlocutor condicione sua resposta ao que está sendo perguntado ou abordado. Ou seja, espera-se que os falantes estejam incluindo no discurso apenas o que for relevante para a situação comunicativa. Um exemplo: alguém chega para o colega e pergunta “Você está bem hoje?”, e a pessoa responde “Estamos atrasados”. Nesse diálogo não houve coerência temática, pois o colega não respondeu à pergunta por algum motivo. No entanto, não quer dizer que não faça sentido dentro do contexto em que os falantes se encontravam. Num texto escrito, contudo, se não houver elementos que sinalizem a razão pela qual se extraviou do tema, como produzir certo efeito de sentido, a coerência temática fica comprometida.

Ainda no grupo dos tipos de coerência apontados por Koch e Elias (2006, p. 203), soma-se à coerência estilística. Para a autora, esta “determina que, em cada situação interativa, o produtor do texto se utilize da variedade de língua adequada, em termos de léxico, estruturas sintáticas etc.”. Isso quer dizer que, dependendo dos ambientes, falantes, enfim, de cada situação comunicativa, haverá um tipo de linguagem mais adequada – mais formal ou mais coloquial.

Por último, a coerência genérica se importa com as exigências comunicativas de cada gênero textual definido pelas intenções do enunciado, bem como sua composição temática e estilística. Assim, um texto que a prática social determina como anúncio será composto por enunciados que visam ofertar ou encontrar algo.

3 A REDAÇÃO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVA

A redação, segundo Locks, Oliveira & Oliveira (1997), é um termo genérico para atividades discursivas de descrição, narração e dissertação. Na descrição, o autor tem de transpor para escrita às impressões físicas e psicológicas das pessoas ou coisas. Já na narração, o objetivo é relatar, contar algo.

O texto em que aparecem juízos sobre idéias, fatos e conhecimentos sobre determinado assunto caracteriza-se como dissertação. Nesse tipo de texto, o objetivo é “examinar o assunto proposto/escolhido, captar-lhe as idéias básicas, interpretá-las coerentemente, apresentando argumentos, provas e exemplos que se encadeiem e que



comprovem ou rejeitem a exposição apresentada” (LOCKS, OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2007, p. 16).

Os textos dissertativos são frequentemente utilizados como meio de avaliar a produção textual de vestibulandos. Isso porque, conforme as autoras, o que se deseja avaliar em um concurso vestibular é a maturidade intelectual do candidato, e, para isto, é necessário que este tenha que captar a ideia do tema proposto e organizar sua reflexão de modo persuasivo, lógico e coerente (idem).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta análise foram selecionadas nove dissertações feitas por três participantes do Projeto Escrever I. Esta ação de extensão foi realizada no período de agosto a novembro na Escola Estadual Técnica José Cañellas, no município de Frederico Westphalen, RS, para estudantes concluintes do Ensino Médio. Durante esse período, os estudantes produziram textos argumentativos sobre diversos temas. O critério de escolha dos estudantes foi 85% de frequência no Projeto, e a entrega de todas as redações propostas durante essa ação de extensão. Já a escolha dos temas para esta análise foi feita por sorteio.

As redações analisadas versam sobre três temas. Foram eles:

- a) Tema I: Novelas: realidade ou ficção, qual sua influência no cotidiano?
- b) Tema II: Pesquisas eleitorais influenciam no voto?
- c) Tema III: Violência doméstica.

O contexto de produção dessas redações, que deve ser considerado, era que as produções textuais foram feitas num período em que estavam sendo ministradas aulas de redação com enfoque para o texto argumentativo. Nomeou-se cada participante selecionado por um código: Participante A (PA), Participante B (PB) e Participante C (PC).

Com base nos estudos de Koch e Elias (2006) acerca da coerência textual, analisamos a presença, ou não, nos textos dos seguintes tipos de coerência:

- a) Coerência sintática;
- b) Coerência semântica;
- c) Coerência temática;



- d) Coerência pragmática;
- e) Coerência estilística;
- f) Coerência genérica.

Aos textos dos alunos foram atribuídos os conceitos Ruim, Regular, Bom e Ótimo para cada uma dessas classificações de acordo com o nível apresentado nos textos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a leitura dos textos redigidos pelos estudantes de terceiro ano da escola mencionada, obtiveram-se conceitos para cada tipo de coerência em cada tema de redação proposto.

Tabela 1: Tipos de coerência apresentados no tema I

Novelas: realidade ou ficção, qual sua influência no cotidiano?			
Coerência	PA	PB	PC
Sintática	Ruim	Regular	Ruim
Semântica	Regular	Regular	Regular
Temática	Ótima	Boa	Boa
Pragmática	Boa	Regular	Boa
Estilística	Boa	Boa	Boa
Genérica	Boa	Regular	Boa

No tema I de redação, os participantes apresentaram problemas, de forma geral, com a coerência sintática, ou seja, com a organização das escolhas lexicais e com o uso dos conectores, comprometendo significativamente a coerência semântica que incide sobre a compreensão do sentido dos enunciados. Como exemplo, citamos um trecho da redação do PC:

Assim os meios de comunicação, como as novelas influenciam no modo de pensar e agir das pessoas, realidades que antes eram desconhecidas passam a ser questionadas e influenciam no lado emotivo de muitos tornando possivelmente pessoas mais solidárias, dispostas a ajudar o próximo principalmente os mais necessitados.



O trecho apresenta, além de problemas de pontuação, um equívoco em relação ao que se conhece por meios de comunicação. Naturalmente, novelas não são meios de comunicação como os suportes televisão e rádio. Novelas são produtos dessas mídias. Adiante vê-se que o “lado emotivo de muitos tornando possivelmente pessoas mais solidárias” está muito bagunçado, dificultando o cálculo que o leitor tem de fazer para inferir que o “muitos” é referente à indivíduos e que estes, tornam-se mais solidários influenciados pela novela.

O PB apresentou nessa redação um resultado negativo, entre outros, para a coerência genérica, porque não cumpriu com as especificidades de um texto dissertativo-argumentativo ao deixar de elaborar uma conclusão para o texto. Consequentemente, prejudicou a coerência pragmática cuja preocupação é garantir as intenções comunicativas do gênero textual. Ou seja, se num texto argumentativo o objetivo é convencer, o locutor tem que manter um jogo de julgamentos sobre o tema e arrematá-lo no final para deixar tudo bem claro. Segue o trecho final da redação do PB:

Filmes também possuem um jeito que faz com que muitas pessoas passem a segui-los, reproduzindo suas cenas da mesma forma que lhes são apresentadas. Contudo, essas cenas podem vir ajudar ou simplesmente piorar a situação humana. No entanto, servem para que essas pessoas passem a tomar mais cuidado, sendo que o inimigo pode estar bem ao lado.

Em relação ao tema II de redação, os estudantes apresentaram uma melhora significativa em relação, principalmente, à coerência sintática e semântica.

Tabela 2: Tipos de coerência apresentados no tema II

Pesquisas eleitorais influenciam no voto?			
Coerência	PA	PB	PC
Sintática	Ruim	Boa	Boa
Semântica	Regular	Boa	Ótima
Temática	Ótima	Ótima	Boa
Pragmática	Ótima	Boa	Ótima
Estilística	Boa	Boa	Boa
Genérica	Ótima	Ótima	Boa

Conforme a tabela acima, apenas o PA continua apresentando o mesmo problema em relação à organização e escolha das expressões léxicas. Isso porque, logo



ao iniciar o texto, e ao longo de praticamente todo ele, o aluno não faz referência à palavra eleição. Ele só o faz no título e segue usando pronomes com efeito de referencial, como a palavra “destas”:

A rede globo é a principal porta-voz dos resultados destas e apoia o candidato Serra, sempre que havia uma queda nos resultados de Dilma a pesquisa ganhava ênfase, os planos de governo não são devidamente demonstradas ao público, mas sim escândalos e ataques.

Percebe-se também, a facilidade com que a linguagem coloquial interfere na coerência estilística. Em uma redação de vestibular, é cobrada a linguagem padrão, formal. No entanto, essa elaboração da linguagem nos escapa em vista de, na maior parte do tempo, nos utilizar da linguagem coloquial para nos comunicar. Sendo assim, aparecem frases como: “As pesquisas eleitorais serão, portanto, como uma estimativa do que será a eleição”. Neste caso, a palavra “serão” poderia ser substituída por “são” e a expressão “como” está localizada neste trecho sem necessidade.

Na redação sobre a violência doméstica, nota-se que o PA apresenta um nível de coerência textual satisfatório. Isso se deve, não somente à compreensão do tema. Este é apenas o primeiro passo para se fazer uma redação argumentativa. Temos que levar em conta que escrever um texto demanda de vários tipos de conhecimento do aluno e que por esta razão, subentende-se que alguns tenham mais facilidade para determinados temas que outros. Trata-se de um esforço individual, por vezes, porque o professor não consegue sanar sozinho.

Tabela 3: Tipos de coerência apresentados no tema III

Violência doméstica			
Coerência	PA	PB	PC
Sintática	Boa	Regular	Regular
Semântica	Ótima	Ruim	Ruim
Temática	Ótima	Boa	Ruim
Pragmática	Boa	Ruim	Ruim
Estilística	Boa	Boa	Boa
Genérica	Boa	Ruim	Ruim

A problemática da falta de coerência semântica é o principal exemplo de que o estudante precisa se esforçar para manter as idéias fixas e não se contradizer ou escrever



coisas sem sentido. Um claro exemplo, retirado da redação do PB de que uma releitura antes de entregar o texto faria a diferença: “Existi casos em que a agressão é tão forte que deixam cicatrizes profundas, dependendo da força que é aplicada não deixa apenas marcas físicas mas também mentais”. Aqui não se entende, explicitamente, onde está a relação da força com as marcas mentais. Que tipo de marcas seriam essas? E como a força da agressão é a causa dessas?

Conforme a tabela acima, há mais um problema que cerca a produção de textos de pré-vestibulandos nas escolas. Alguns se detêm apenas na explanação, na contextualização dos eventos que quer relacionar ao tema e se esquece de que se tem de argumentar e julgar. Essa falta de atitude perante o tema provoca a falta de coerência com o estilo textual a que se propõe e, por conseguinte, prejudica a função comunicativa do texto, ou seja, a coerência pragmática. Também porque, não desenvolvendo bem o tema, há implicação na coerência temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego inadequado de qualquer tipo de coerência compromete outro, já que existe uma relação direta entre eles. Se você peca na coerência sintática, escolhendo de forma errônea os conectivos que ligam os períodos, provavelmente estará danificando a coerência sintática, pois haverá comprometimento do sentido. Ou seja, é necessário conhecer e fazer o uso adequado de todos os tipos para que o produto final seja coerente.

Após a análise das dissertações dos pré-vestibulandos, podemos inferir acerca dos maiores problemas que versam a questão da coerência textual. É possível identificar que a Coerência Sintática e a Coerência Semântica constituem as principais dificuldades dos alunos. O uso coloquial da linguagem é um fator que colabora para a “confusão estrutural” dos períodos com problemas sintáticos e semânticos. Grande parte dos indivíduos escreve conforme o que fala coloquialmente, no entanto não se utiliza, na linguagem cotidiana, da regra gramatical correta, motivo que leva à dúvida quando os mesmos se deparam com a situação da produção textual. Este problema vem ao encontro, do que afirmamos anteriormente, que a escola tem a preocupação de ensinar apenas as normas gramaticais, desconsiderando o uso sob olhar argumentativo; um



exemplo simples de um método diferenciado de ensino seria chamamos as “conjunções” que fazem ligação entre as frases de “conectivos”; enquanto no primeiro, os alunos precisam decorar o que isto significa e para que estes são utilizados, se o ensino fosse do segundo, seria automática a concepção, facilitando a assimilação, já que o próprio nome é explicativo. Portanto, além dos alunos, temos a preocupação de promover um (re)ensino aos professores, a fim de capacitá-los versando esta ótica intertextual e argumentativa.

Percebemos também que a Coerência Temática, entre todos os tipos compreendidos por Koch e Elias (2006), obteve o melhor emprego nas dissertações, pelos pré-vestibulandos. Os três temas aos quais foram submetidos os alunos tratam de assuntos em que se faz necessário o uso da argumentação e da inferência a conhecimentos anteriores, logo, acreditamos que os autores já possuíam um senso crítico ponderável, pois tiveram argumentos consideráveis, mantendo uma boa/ótima estrutura de coerência temática em todos os casos, bem como no que se refere à coerência pragmática.

Por fim, é importante, para que se saiba empregar corretamente as normas textuais, especialmente no que se refere à coerência, que se tenha uma boa leitura do contexto sociocultural, o que é possível por meio da leitura e da prática da escrita. Além de um ensino razoável, versando sobre pragmática, argumentação e intertextualidade, no concerne a estas regras, logo, a escola é a “chave” para o desenvolvimento das práticas textuais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARACO, C. A. TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LOCKS, M. de L. R. K.; OLIVEIRA de, S. F. de A.; OLIVEIRA de, S. G. (organizadoras). **Desmistificando a redação**. Florianópolis: Pallotti, 1997.

POLÓNIO, D. **Pragmática lingüística: coesão e coerência textual**. Millenium, 1997. Disponível em:<<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/751/1/Pragm%C3%A1tica%20lingu%C3%ADstica.pdf>>. Acesso em: jul. 2011.